

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE SETEMBRO DE 2006**-----

-----Aos quatro dias do mês de Setembro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, José Carlos da Silva e Victor Manuel Petulante Pedro, este último substituindo o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foram novamente presentes as actas de vinte e seis de Junho, de trinta e um de Julho e sete de Agosto, bem como foi presente a acta de vinte e um de Agosto, todas do corrente ano, tendo o executivo deliberado aprovar as de trinta e um de Julho, sete e vinte e um de Agosto. -----

-----A acta de sete de Agosto foi aprovada com alterações introduzidas pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha e a Acta de vinte e um de Agosto foi aprovada por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que votou contra por, segundo alegou, a venda do lote a Agroconfiança não ter sido presente àquela reunião, tendo o Sr. Presidente recordado o que na altura foi dito a respeito do processo. A mesma Vereadora fez a seguinte declaração de voto: « não me lembrar nem consta nas minhas notas, nas quais aponto tudo o que consta na acta, a deliberação relativa à Zona de Actividades Económicas, até porque, em matéria de Zona de Actividades Económicas, a minha

atitude é de me abster».

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que disse:-----

-----Voltar a insistir para que a ALDESC lhe forneça parecer do Dr. Vítor Batista a reconfirmar ou não o seu anterior parecer sobre o concurso da Casa de Chá da Zona Norte, que, julga a autarca, mesmo não sendo jurista mas porque sabe ler, não lhe parece que esteja correcto, já que um dos pressupostos sobre que assenta o parecer não corresponde à verdade. A empresa ETR existe e o parecer faz uma análise e chega a conclusões a partir do pressuposto que a empresa não existe e se vai constituir. Gostaria de receber parecer do consultor jurídico para aclarar a questão.-----

-----Na última reunião de Câmara foi entregue a informação semestral sobre as Contas da ALDESC e gostaria que fosse apresentado o Quadro5o de Pessoal.-----

-----Os moradores do fim da Rua Miguel Bombarda, em Almeirim, colocaram-lhe a questão relativa à existência de um novo armazenamento de pesticidas, visto que é incómodo e muito a nível de odores, pergunta se a Câmara licenciou este armazenamento, o qual devia ir para a Zona Industrial, se os titulares lá possuem terreno.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos proferidos em sede de projectos globais respeitantes a processos de obras particulares abaixo identificados, proferidos ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Apolinário & Nascimento, Sociedade de Construções, Lda, quatrocentos e trinta e um de dois mil; Bruno Daniel Neves

Gaspar Miranda, cinquenta e seis A; Construções Lidónio & Santos, Lda, cento e vinte e seis B; Socialcasa, Sociedade de Investimentos de Habitação, Lda, duzentos e sessenta e seis A, todos de dois mil e quatro; Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, duzentos e noventa e seis de dois mil e cinco; Luís Henrique Inácio Ferreira, oitenta e seis; Ana Luiza Branco Maia, cento e quarenta e oito; Tomaz & Cristina - Sociedade de Construção Civil, Lda, cento e cinquenta e três e cento e cinquenta e quatro; Gonçalo Luís Fernandes Ferreira, cento e sessenta e seis; Joaquim Francisco Silva Raposo, cento e setenta e seis; e José Manuel Mendes Russo, cento e oitenta e nove, todos de dois mil e seis.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----BAIRRO SOCIAL DO PUPO - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social comunicando que Rosa Maria Eusébio Cardoso, arrendatária da habitação sita na Rua Fernão Lopes, número nove, direito, em Almeirim, propriedade do Município, por motivo de doença, necessita transferir o seu quarto para o rés do chão e instalar um poliban na casa de banho do piso inferior.-----

-----A Câmara deliberou executar a obra necessária.-----

-----REPARAÇÃO EM HABITAÇÃO - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social comunicando que António César Augusto e mulher Maria Julieta são um casal de idosos reformados, sem filhos, que vivem na Rua Marquesa d'Alorna, número trinta e nove, em Almeirim, numa casa que necessita de reparação no telhado da cozinha e casa de banho e instalação de um poliban. O pedido de apoio foi apresentado pela Fraterna Ajuda Cristã, que ajuda o casal, quando necessário.-----

-----O executivo deliberou oferecer os materiais necessários para as obras indispensáveis.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido da AMI e com destino à crise humanitária que se vive no Líbano, o executivo deliberou atribuir àquela Associação a transferência de duzentos euros.---

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou a indicação do número de salas de aulas das escolas do primeiro ciclo do ensino básico e ATL do Concelho, num total de oitenta e quatro, a quem deve ser atribuída a verba unitária de noventa euros por sala e por período escolar, com destino ao Expediente e Limpeza.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se esta verba for depois utilizada para comprar produtos à empresa do marido da Vereadora Joana Silvestre, não devia a própria ter apresentado a proposta, porque, nesse caso, está a intervir num processo em que está impedida, nos termos do CPA.-----

-----O Sr. Presidente disse que a presente verba não se destina a materiais de limpeza.-----

-----A Sr^a vereadora Manuela Cunha acrescentou que, se a transferência se destina a comprar bens à citada empresa, está a ser criada uma ilegalidade e lembrou que essas situações têm acontecido até este ano. E referiu que a competência é conferida por lei às Juntas de Freguesia e, dados os antecedentes, faz este aviso por antecipação.-----

-----CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - o Sr. Presidente informou sobre a localização do projecto do Centro Escolar de Almeirim, destinado ao ensino da pré-primária ao primeiro ciclo, acrescentando que está a envidar esforços para que também Fazendas de Almeirim seja dotada com idêntico projecto. Este Centro torna-se necessário para obstar aos desdobramentos que se verificam. O Sr. Arq^o Sampaio alvitrou a possibilidade de localização em terrenos da nova urbanização a seguir ao Jardim do Charquinho ou na zona do actual circuito de manutenção, no Pupo.-----

-----A Sr^a. Vereadora Manuela Cunha frisou que não teve acesso ao projecto para consultar e perguntou se o PDM especificava qualquer localização.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que no estudo da urbanização dos terrenos do Pupo, há uma área destinada a equipamento. Porém, das opiniões recolhidas, é consensual que o Centro Escolar deverá ser construído preferencialmente no seguimento do Charquinho, já que é uma zona em expansão e não dispõe de qualquer equipamento escolar, pelo que proporcionaria algum equilíbrio na rede de estabelecimentos escolares na sede do Concelho.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a zona do Charquinho lhe parece óbvia, visto que já apresenta alguma fixação de população e o Centro Escolar seria um factor de atracção da zona, consolidando a ocupação no local. Sem vincular a CDU, pois trata-se de uma posição pessoal, considera essa zona preferível, dadas as potencialidades de crescimento e uma forma de evitar a polémica na distribuição de alunos pelas duas escolas. Aconselhou a Câmara a entrar em diálogo com os estabelecimentos ATL, no sentido de garantirem ir buscar crianças a essas escolas. E disse que devia ser ouvida a Comissão Municipal de Educação, que pode acrescentar achegas úteis.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que já auscultou as IPSS relativamente ao transporte e nenhuma se disponibiliza, porque não têm carrinhas. Só a escola do Canto do Jardim, porque o percurso pode ser feito a pé. As IPSS este ano estão condicionadas ao alargamento do horário até às dezassete e trinta horas, devido à introdução do inglês, educação física e música, o que quase inviabiliza o ATL, que ficaria reduzido a uma hora.-----

-----O assunto fica à consideração dos Srs. Autarcas.-----

-----PROMOÇÃO DOS VINHOS DO RIBATEJO - MARCA RIBATEJO - O Sr. Presidente informou que está em curso um projecto de promoção dos vinhos do Ribatejo, promovido pela CULT, CCDRLVT e NERSANT,

no âmbito do qual vai ser criada a marca Ribatejo, característica para identificar todos os produtos da região, a nível nacional e internacional. No que diz respeito à promoção dos vinhos já existem valores cativos para uma primeira fase, que comportará a promoção e colocação. Na recente edição do Pão, Vinho & Companhia foram feitas acções de promoção dos vinhos de Almeirim, de que se realça a da Adega Cooperativa de Almeirim, que convidou todos os seus distribuidores e teve um bom acolhimento geral, com um reflexo positivo na situação dos produtores e respectivas famílias. Foi gratificante o retorno desta iniciativa e sente que ganha corpo a proposta de intercalar acções locais e regionais na defesa dos produtos da região. Para a primeira fase, que abrangerá a promoção dos vinhos locais já estão cativos um milhão de euros, num projecto que terá a duração de três anos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro comentou que este tipo de acções carecem de concertação a nível regional porque hoje uma boa parte dos vinhos no mercado, só pelo facto de ostentarem no contra-rótulo a informação de denominação de origem, criam no consumidor uma particular apetência. O Ribatejo necessita da mais-valia da marca própria que concorrerá para que, a nível do consumidor e do intermediário, se projecte uma mudança de mentalidades. Muitos restaurantes não apresentam os vinhos de Almeirim ou, quando os têm, estão integrados na região da Estremadura. Portanto, uma parte do esforço tem de se basear na estratégia de informação ao consumidor, para que reconheça e exija um produto que o Ribatejo tem condições, em quantidade e qualidade, para oferecer.-----

-----O Sr. Vice-Presidente congratulou-se com a forma como decorreu o Pão, Vinho & Companhia, que foi muito bem conseguida em todas as suas acções e, se bem que contando com o apoio de todo o executivo, foi o Sr. Vereador José Carlos Silva que coordenou as diversas manifestações, num esforço empenhado que teve os melhores resultados e que todo o executivo reconhece.---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, quanto à promoção

do vinho de Almeirim, não assistiu a algumas acções por absoluta impossibilidade. A promoção dos vinhos teve o seu mérito, no entanto houve outras iniciativas menos felizes, que correram menos bem e algumas coisas não resultaram. É de rever a concretização de certas iniciativas durante a semana, no período das vindimas. Para o futuro tem de se ser mais modesto, dar prioridade a certos eventos nos dias fortes do fim-de-semana, com maior afluência de público e de vendedores, fazer menos com mais qualidade e definir objectivos atendendo a limites reais.--

-----O Sr. Presidente respondeu que não lhe parece que haja que fazer menos: as necessidades próprias das adegas e dos produtores impõem que se faça cada vez mais. O problema prende-se com a data e as acções de promoção dos vinhos não podem coincidir com o período das vindimas, altura em que todos os intervenientes no processo de produção estão ocupados e com pouca disponibilidade. Deve ponderar-se a promoção durante as Festas da Cidade e aproveitar a disponibilidade dessa ocasião para implementar acções com outro enfoque. A lição colhida deste ano, que correu bem, é que foi dado o primeiro passo, mas há que melhorar, nomeadamente quanto à calendarização.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que os primeiros anos serviram para trazer ao conhecimento público os produtos e produtores, com muita afluência de público mas poucas transacções. Em certame próprio, com divulgação, os negócios poderão melhorar. A prova disso é o facto deste ano, entre os visitantes, se contar o Senhor Embaixador de Moçambique, que veio pessoalmente ao certame.-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 151.823,00 - O Sr. Presidente propôs a contracção de um empréstimo no montante comunicado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, a que o Município tem direito por rateio nos termos do número três do Artigo trinta e três da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e seis e com destino a financiar duas obras que indica.-----

-----De uma das obras a que se destina o empréstimo, a Escola

Pré-Primária de Foros de Benfica, foi apresentado o projecto, da responsabilidade dos serviços municipais e da autoria do Arqº Sampaio, tendo a Srª Vereadora Manuela Cunha feito comparação entre o orçamento previsto para esta obra, de vinte mil contos, e de um balneário anteriormente feito em Foros de Benfica, junto ao Ringue Polidesportivo, que custou dezanove mil contos e considerou que, tal como afirmou na época, isto evidencia que o balneário foi muito caro. Referiu que o projecto é bonito mas que as paredes exteriores deveriam ser cobertas por telhado, para maior durabilidade e conforto térmico. E perguntou se está previsto espaço para refeitório.-----

-----O Sr. Presidente registou com agrado a intervenção da Srª Vereadora porque, considerando uma obra cara numa freguesia, é sintoma de que esta autarquia não discrimina as populações rurais do Concelho. E justificou o encarecimento da obra dos balneários devido às redes de águas, esgotos e outros materiais específicos de custo superior ao de construções que não necessitam de tanto equipamento. Para além disso, o valor a que se refere é uma estimativa de obra, antes do projecto de engenharia, que já comportará medições e orçamento de acordo com o respectivo Caderno de Encargos. Tudo isto se refere à obra de construção civil, a que acrescerá o equipamento das instalações, admitindo que o valor invocado pecará por defeito. Esta nova escola comunicará com a já existente, para rentabilizar o refeitório.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha perguntou quando será construído o refeitório novo, ao que a Srª Vereadora Joana Silvestre respondeu que é utilizado um refeitório na escola, que servirá para as crianças deste estabelecimento.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha referiu que o ofício da DGAL menciona que a informação no âmbito do SIPOCAL enviada não apresenta saldos patrimoniais, pelo que solicita o envio de dois balancetes e, referindo-se ao património municipal cujas listagens integrais lhe foram entregues nesta reunião, disse que não existe informação completa e que o Património tem de ir à

Assembleia Municipal todos os anos.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que o Património foi presente à Assembleia Municipal e admite que podem os serviços não ter enviado as últimas alterações.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha interrompeu o Sr. Vereador Pedro Ribeiro dizendo que o que ele diz é uma coisa e o que faz é outra e aconselhou-o a estar calado porque está a dizer baboseiras.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro perguntou se também podia interromper a Sr^a Vereadora e, autorizado pelo Sr. Presidente, acrescentou que o ofício da DGAL atesta a gestão que esta Câmara faz dos dinheiros públicos e dos compromissos que cumpre e acrescentou que há muitas câmaras que não podem efectuar empréstimos nem de um tostão.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha respondeu que isso advém da gestão herdada do PS.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse querer saber porque não foram enviados os elementos solicitados pela DGAL.-----
-----Submetida a votação a proposta, Câmara deliberou, por unanimidade, efectuar concurso com destino à contracção do empréstimo de médio/longo prazo no montante de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros, destinado a financiar as obras de Construção da Escola Pré Primária de Foros de Benfica, com cem mil euros e da Primeira Fase da Circular Urbana, verba própria de cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros, à qual acrescerá a comparticipação nacional.-----

-----ALINHAMENTO DA RUA GUUILHERMINA CAPADORA, EM FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente propôs a aprovação do novo alinhamento da Rua Guilhermina Teresa S. Capadora, em Fazendas de Almeirim, de acordo com o traçado da Secção de Topografia, esclarecendo tratar-se de uma serventia que liga as Ruas das Calhandras e Delfim Diogo da Silva, havendo necessidade de definir o novo alinhamento por motivo de construção nesta última.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se a Câmara terá de pagar o terreno que os particulares cederão para alinhamento e qual a fundamentação jurídica para isto acontecer, num país onde a propriedade privada é protegida.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a serventia só confere o direito de passagem. Ao aprovar o alinhamento de uma rua, os proprietários dos terrenos confinantes são obrigados a respeitar esse alinhamento e têm a garantia de poder erigir construções, o que agora não têm.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que quer o parecer do consultor jurídico, a este respeito.-----

-----Submetida a votação a proposta de definição do alinhamento, a Câmara deliberou aprová-la por cinco votos, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e a abstenção do Sr. Vereador Victor Pedro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto contra o alinhamento proposto pelas seguintes razões: 1 - Os documentos previamente enviados para casa não permitiam saber o que estava em causa, nesta reunião; 2 - Tendo feito perguntas se, do ponto de vista da lei, a Câmara tem o direito de passar uma serventia a rua, sem o acordo prévio dos proprietários e sem indemnizar os mesmos pelo terreno que estes vão ver retirado das suas parcelas privadas em benefício do domínio público, não me foi respondido, pelo que não me sinto em condições de aprovar o que está aqui em causa, porque não tenho dados suficientes para saber se não estou a ir contra os direitos de propriedade em questão; 3 - Considero inadmissível que questões que mexem com a propriedade privada venham tão mal fundamentadas à reunião de Câmara; 4 - Bem que foi aprovada pela maioria PS, mantenho o pedido de parecer jurídico, até porque, depois de tomar conhecimento pelo Sr. Presidente que isto não estava previsto no PDM em vigor, isto é, podemos estar a intervir em zona RAN e REN, sem a devida autorização; 5 - Admito, no entanto, que se estivesse melhor e mais informada e se estas dúvidas tivessem sido esclarecidas com os documentos que solicitei, até poderia ser que as dúvidas

fossem dissipadas e pudesse até concordar com o Sr. Presidente. Mas, perante o desconhecimento de todos os aspectos da questão, tomo a atitude que me parece mais correcta, que é recusar dar o meu voto favorável ao que desconheço».-----

-----O Sr. Presidente declarou, parafraseando os aspectos invocados pela Sr^a Vereadora «O primeiro dos quais é que, no que toca ao respeito pela propriedade privada, não tenho lições nenhuma a receber de qualquer elemento de Os Verdes ou da CDU, antes pelo contrário. Em relação à referência que foi feita sobre a eventual influência em zonas RAN e REN, parece que não foi difícil perceber que o que está em causa é, tão só, a demarcação de um alinhamento, hoje definido pela colocação de algumas estacas pelo Serviço de Topografia e não qualquer outro tipo de intervenção proibida pelos Regulamentos RAN e REN. Parece que também não foi difícil perceber, para o comum das pessoas presentes na sala, que estas condicionantes também se aplicam ao facto de ser uma serventia não prevista no PDM hoje, mas que ao aprovar este alinhamento, para o futuro, criará condições para que essa rua possa vir a ser incluída na Revisão do PDM, com benefícios para os proprietários. Para acabar, estes proprietários manifestaram-se informalmente a favor da definição do alinhamento porque, eles sim, por acaso modestos agricultores, perceberam o alcance do novo alinhamento».-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o documento sobre a pronúncia dos agricultores não lhe foi entregue nem apresentado nesta reunião de Câmara.-----

-----PUBLICAÇÃO DE SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que requereu o agendamento do presente ponto da Ordem do Trabalhos, referiu que a Lei número vinte e seis de noventa e quatro obriga a publicação de todos os subsídios e ajudas atribuídos pela Câmara Municipal, o que não aconteceu no mandato passado, e disse que pretendia ser informada se foi feita a referida publicação em qualquer jornal regional, já que em Boletim Municipal não o foi, e se, caso não o tenha sido, que

o passa a ser.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não pode fornecer a
informação de imediato, por se encontrar de férias o funcionário
responsável pelos respectivos serviços.-----

-----SEGURANÇA DO CINE-TEATRO DE ALMEIRIM - Sobre este ponto da
Ordem de Trabalhos, agendado pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha,
informou o Sr. Presidente que os responsáveis sobre este assunto
são os Srs. Architecto Sampaio e Eng^o Rocha Pinto, que, por
motivo de férias, não forneceram em devido tempo a informação
pretendida, pelo que propôs que o assunto passasse para a
próxima reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse lamentar saber pelos
jornais que houve uma inspecção ao Cine-Teatro, da qual o
executivo não soube e lamenta que o estabelecimento tenha estado
fechado por mais de um mês, durante o período de férias de
Verão, altura em que precisava ter actividades.-----

-----O assunto fica agendado para a próxima reunião de Câmara.--

-----Às dezassete horas o Sr. Presidente declarou encerrada a
reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição